São Paulo, 06 de novembro de 2026

Mercado de gás não pode ser refém de interesses particulares

O movimento **União Pela Energia** vê com preocupação a decisão anunciada pela Nova Transportadora do Sudeste (NTS) de suspender novos investimentos e revisar projetos de expansão de sua infraestrutura, utilizando como justificativa a decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre a metodologia de valoração da Base Regulatória de Ativos (BRA).

É legítimo que empresas questionem decisões regulatórias pelos meios institucionais e jurídicos disponíveis. O que não pode acontecer é que os planos de uma empresa ou de um segmento da cadeia se sobreponha ao interesse público, à competitividade da indústria e ao direito dos consumidores a tarifas justas e a um mercado efetivamente concorrencial.

A decisão da ANP está inserida em um processo regulatório que finalmente cria transparência para a remuneração dos ativos de transporte, considerando os investimentos prudentes e o capital que ainda não foi recuperado por meio das tarifas pagas pelos usuários. Não se trata de negar a remuneração adequada aos investimentos, mas de assegurar que os consumidores não continuem pagando por ativos cujo capital já tenha sido recuperado.

É importante lembrar que a discussão tem impacto direto sobre a competitividade do gás natural no Brasil. Estimativas indicam que a diferença econômica entre a metodologia do Capital Recuperado (RCM) e aquela defendida pelas transportadoras pode alcançar R$ 1 bilhão por ano.

Também é fundamental lembrar que o Ministério de Minas e Energia (MME) tem desempenhado papel importante no apoio à agenda de desenvolvimento e abertura do mercado de gás natural no Brasil, reconhecendo a importância de decisões técnicas e independentes por parte do órgão regulador. Esse compromisso precisa ser mantido e fortalecido. Cabe ao Ministério seguir defendendo a modernização do setor, o respeito à autonomia regulatória e a construção de um mercado mais competitivo, capaz de oferecer gás a preços mais acessíveis à indústria. Essa é uma condição fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, fortalecer a reindustrialização e viabilizar a descarbonização da indústria nacional.

Nesse contexto, o União Pela Energia manifesta seu apoio à atuação técnica e independente da ANP. A Agência tem desempenhado papel fundamental na implementação da Lei do Gás, enfrentando distorções históricas e conduzindo processos regulatórios necessários à modernização do setor. Seu trabalho deve ser fortalecido, e não constrangido por movimentos que possam colocar em risco a autonomia regulatória.

Reafirmamos que a implementação plena da Lei do Gás é uma agenda de interesse nacional. O Brasil precisa de mais competição, mais transparência e infraestrutura eficiente. O país precisa de uma agência reguladora forte, autônoma e comprometida com o interesse público.

Quem Somos

O movimento **União pela Energia** reúne 70 setores da indústria brasileira, que se mobilizaram para dialogar com a sociedade civil, governos, reguladores e com o Congresso Nacional para modernizar o setor elétrico e evitar que ineficiências e subsídios sejam repassados para a conta de luz de todos os consumidores de energia elétrica.

União Pela Energia
www.uniaopelaenergia.com.br

Assessoria de Imprensa
61 99959-8685